

i  23-12-2020	Periodicidade: <b>Diário</b> Classe: <b>Informação Geral</b> Âmbito: <b>Nacional</b> Pagina(s): <b>1,8</b>
---------------------	---

**NB. Centeno diz que seria “dramático” pôr em causa contratos assumidos pelo Estado**  
// PÁG. 8



Para Mário Centeno, "das famílias requer-se uma atitude de responsabilidade nas suas decisões de consumo e poupança, que são muitas vezes interligadas com recurso ao crédito"

TIAGO PETINGA/POOLUSA

## NB. "Seria dramático" pôr em causa contratos assumidos pelo Estado

O governador do BdP revelou que está a avaliar as condições de recurso da decisão do Tribunal da Concorrência, que anulou as multas aplicadas à auditora do BES, a KPMG.

SÓNIA PERES PINTO  
sonia.pinto@ionline.pt

O governador do Banco de Portugal (BdP) garantiu que o supervisor está a avaliar as condições de recurso da decisão do Tribunal da Concorrência, que anulou as multas aplicadas à auditora do BES, a KPMG. Mário Centeno disse ainda que a "a crise financeira de 2008 e 2009 permitiu a todas as instituições, quer individualmente consideradas, quer no seu conjunto, um desenvolvimento muito importante dos riscos da atividade financeira e do papel dos revisores oficiais de contas, dos auditores, dos supervisores, dos reguladores".

"Estamos todos ainda a aprender bastante sobre isso, e a sentença de primeira instância sobre este caso deve ser entendida também nesse contexto. E estaremos sempre disponíveis, e temos feito intervenções regulatórias de suscitar alterações legislativas nesse contexto que deverão ser matéria de debate no próximo ano", concluiu.

Recorde-se que, no dia 15 de dezembro, a auditora KPMG e cinco dos seus sócios foram absolvidos pelo Tribunal da Concorrência de todas as contraordenações pelas quais foram condenados pelo Banco de Portugal (BdP), no âmbito do caso BES.

Em junho de 2019, o Banco de Portugal condenou a KPMG ao

pagamento de uma coima de 3 milhões de euros, o seu presidente, Sikander Sattar, de 450 mil euros, Inês Viegas (425 mil euros), Fernando Antunes (400 mil euros), Inês Filipe (375 mil euros) e Sílvia Gomes (225 mil euros), de que todos recorreram para o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS), em Santarém.

**CONTRATOS ASSUMIDOS** Para Mário Centeno "seria dramático" pôr em causa "o cumprimento de contratos e responsabilidades pelo Estado", alertando para o "impacto na estabilidade financeira" após a saída da crise das dívidas soberanas. "Aquilo que é a preocupação

do governador do Banco de Portugal é fazer com que o Estado e todos os seus agentes possam cumprir os seus contratos, as suas responsabilidades", revelou o ex-ministro das Finanças.

"Seria dramático que passados tão poucos anos pusessemos em causa o cumprimento de contratos e responsabilidades pelo Estado e que esse incumprimento tivesse impacto na estabilidade financeira do país, que, aliás, já experimentámos no passado", alertou face à decisão de anular a transferência de

476 milhões de euros do Fundo de Resolução para o Novo Banco em 2021.

**RISCOS DE CRÉDITO** Para o governador do Banco de Portugal (BdP), não há dúvidas: "Das famílias requer-se uma atitude de responsabilidade nas suas decisões de consumo e poupança, que são muitas vezes interligadas com recurso ao crédito. Em particular, permite alisar o consumo ao longo dos ciclos económico e de vida".

De acordo com o ex-ministro das Finanças, o crédito assume "maior importância" tendo em conta o "momento difícil que vivemos na economia portuguesa e mundial". No entanto, lembra que "pela natureza da atividade creditícia, também traz maior risco. As famílias têm demonstrado um alinhamento com o restante país na construção de uma envolvente financeira estável".

Para o responsável, "o papel das moratórias é essencial e deverá continuar a ser, mas onde o esforço de preservação de capital deverá ser acompanhado de medidas que permitam aos bancos ultrapassar a crise mantendo o mesmo contributo de apoio à economia que até aqui têm dado".

Centeno alerta para riscos do crédito e pede atitude responsável das famílias

Para o governador, não há dúvidas: "O país deve permanecer focado na resposta à crise"